



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS (REDE PESCA BRASIL)
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DOS ORGANISMOS AQUÁTICOS VIVOS PARA FINS DE
ORNAMENTAÇÃO E AQUARIOFILIA (CPG ORNAMENTAIS)

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

São Paulo/SP, 13 a 14 de setembro de 2023

1. ABERTURA

No dia 13 de setembro de 2023, às 09h30min, o Coordenador do Comitê Permanente de Gestão do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos Para Fins de Ornamentação e Aquariorfilia (CPG Ornamentais), Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, efetuou os ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo aos presentes. Na sequência, a Secretária-Executiva, a Sra. Carolina Amorim, verificou o quórum mínimo a pedido do Coordenador, que declarou formalmente aberta a 2ª Sessão Ordinária do CPG Ornamentais.

Em seguida, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz realizou o discurso de abertura reforçando os princípios gerais do Código de Conduta para a Pesca Responsável da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca que regula as atividades pesqueiras (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009); e a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), ferramenta que permite o diálogo entre governo e sociedade civil, contribuindo para o aprimoramento da gestão pesqueira e garantindo o ordenamento da atividade seja participativo, e contando com subsídios de especialistas de todo o país. Apresentou dados do mercado pet mundial para contextualizar o potencial brasileiro de crescimento no setor de ornamentais, e considerou a Rede Pesca Brasil e o CPG Ornamentais excelentes oportunidades para colaborar com o desenvolvimento sustentável do uso dos recursos pesqueiros para fins de ornamentação e aquariorfilia. Agradeceu à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), pelo apoio logístico para realização desse evento. Em nome da FIESP, o Sr. Roberto Kikuo Imai lembrou da sua relação com a gestão pesqueira desde a criação do CPG de Atuns e Afins, no início dos anos 2000, até a atual participação da FIESP na Coordenação do Comitê da Cadeia Produtiva da Pesca e da Aquicultura (COMPESCA), colocando-se como apoiador do CPG Ornamentais.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Ao finalizar o discurso de abertura, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz repassou a programação da agenda definitiva, iniciando pela apresentação dos membros, solicitando que cada um se apresentasse.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 2ª Sessão Ordinária, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- Coordenação do CPG Ornamentais

Senhor Rivetla Edipo Araújo Cruz (Coordenador)

- Secretaria Executiva

Senhora Carolina Amorim da Silva Bittencourt (Secretária-Executiva)

Senhora Inácia Mendes Boechat Rezende (Secretária Adjunta)

Senhor Daniel Henrique Galileu Severino de Lima Bezerra Cabral (Equipe de Apoio)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhor Jocemar Tomasino Mendonça (Titular)

Senhor Florivaldo Mota Rocha (Suplente)

Senhora Adriana Vilela Toledo (Convidada)

Senhor Paulo Mário Carvalho de Faria (Convidado)

Senhor Alyson Carvalho Cardoso (Convidado)

Senhor Leandro Melo de Sousa (Convidado)

Senhor Pedro Henrique Magalhães Cardoso (Convidado)

Senhora Helena Kate (Ouvinte)

Senhora Joelma Linard (Ouvinte)

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura (SFPA-MT)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Giuvania Maria Soares Lopes (Ouvinte)

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura (SFPA-SP)

Senhor Audrey Rodrigues de Oliveira (Ouvinte)

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Senhor Iran Cardoso Júnior (Titular)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhor Lallamand Canedo de Souza (Titular)

Senhor Luciano dos Santos Gonçalves (Suplente)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhor Luiz Sergio Ferreira Martins (Titular)

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Senhor Fabrício Pereira Rezende (Titular)

Senhor Adriano Prysthon da Silva (Suplente)

- Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA)

Senhor Eduardo Gomes Sanches (Titular)

- Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)

Senhora Gabriela Rocha Priante Teles de Avila (Suplente)

- Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)

Senhor Taffaréu Rodrigues Fernandes (Titular)

Senhor Josué Bezerra de Freitas Neto (Suplente)

- Instituto Estadual de Florestas (IEF - MG)

Senhor Caio Alexandre Santos Caxico Vieira (Suplente)

- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(SEAPA - GO)

Senhor Fernando Fernandes da Silva (Suplente)

- Departamento do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (DEAGRO/FIESP)

Senhor Roberto Kikuo Imai (Convidado)

- Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia (ABLA)

Senhor Ricardo Dias dos Santos (Titular)

Senhor Felipe Weber Mendonça Santos (Convidado)

Senhor Denis Basso (Convidado)

Senhor Kiuslei Cassiolato (Convidado)

Senhor Wladimir Piana (Convidado)

Senhor Vladimir Xavier Simões (Convidado)

Senhor Daniel Eiti Yamasaki (Convidado)

Senhor Roberto Camussi (Convidado)

Senhor Luiz Francisco Bosso (Convidado)

Senhor Marcos Renato Santos (Convidado)

Senhor William Yuuki dos Santos Sugai (Convidado)

- Associação Brasileira de Nishikigoi (ABN)

Senhor Marcelo Assano (Suplente)

- Associação de Criadores e Lojas de Aquário do Ceará (ACLACE)

Senhor Ivan Oliveira Nogueira da Silva (Titular)

Senhor Hudson José Crizanto Paiva Gonçalves (Convidado)

- Associação de Exportadores de Peixes Ornamentais do Amazonas (ADEPOAM)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Sued Canavieira Fonseca Junior (Titular)

- **Associação de Produtores e Lojistas de Organismos Aquáticos Ornamentais do Rio Grande do Norte (CARDUME POTIGUAR)**

Senhor Jonathas Sales Costa Araújo (Suplente)

- **Federação das Colônias e Associações dos Pescadores e Aquicultores do Estado do Espírito Santo (FECOPES)**

Senhor Renato Barbosa da Silva (Titular)

- **Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais do Pará (ACEPOPA)**

Senhor Koji Sakairi (Titular)

- **Associação dos Engenheiros de Pesca do Estado do Ceará (AEPCE)**

Senhor Glauber Gomes de Oliveira (Titular)

- **Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)**

Senhor Leopoldo Melo Barreto (Titular)

- **Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP - BR)**

Senhora Carolina Martins Torres da Silva (Titular)

- **Peixe MG**

Senhor Bruno Machado Queiroz (Ouvinte)

- **Universidade de São Paulo (USP)**

Senhor Pedro Henrique Magalhães Cardoso (Convidado)

- **Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)**

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Ouvinte)

Senhor Sabrina de Oliveira (Ouvinte)

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz informou a publicação da Portaria MPA nº 128, de 01 de setembro de 2023, que designou os atuais membros deste CPG (Titulares, Suplentes e da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Coordenação). Sobre os convidados do MPA, explicou a participação da Sra. Adriana Vilela Toledo, da Assessoria de Participação e Diversidade do MPA, que representa a nova estrutura da Esplanada dos Ministérios na qual cada pasta terá uma assessoria para promover a participação social. Além disso, ressaltou a presença do Coordenador do Grupo Técnico Científico, o pesquisador Sr. Leandro Melo de Sousa.

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUSSÕES

3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, apresentou a agenda prevista para a 2ª Sessão e a sua estruturação para os dois dias de reunião, com a abertura seguida de tramitações regimentais, uma seção de apresentações, a devolutiva da 1ª Reunião do CPG Ornamentais, novas demandas do setor, consolidação das recomendações da 2ª Reunião e, por fim, a definição do calendário de reuniões do CPG Ornamentais para 2024. Após, foi aberto aos membros momento para tecer contestações e/ou inserir sugestões de temáticas. Sem haver manifestações, foi aprovada a Agenda.

3.2. APROVAÇÃO DA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG ORNAMENTAIS

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz informou que, de acordo com o Regimento Interno, após Reunião Ordinária, a Secretaria Executiva tem o prazo de 40 dias para elaborar e encaminhar a Ata aos membros, e estes, após recepcioná-la, possuem mais 30 dias para contribuir em seu conteúdo. Feito o esclarecimento regimental, o Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Cruz, afirmou que o MPA não recebeu contribuições à Ata da 1ª Reunião, o que foi contestado pelo Sr. Felipe Weber, da ABLA, retificando que a ABLA teria encaminhado sugestões para Ata. Foi solicitado à Secretaria Executiva verificar se as contribuições feitas pela ABLA teriam sido inseridas no texto, o que foi confirmado. Sem outras considerações, o Sr. Rivetla Edipo Cruz declarou aprovada a Ata da 1ª Reunião do CPG Ornamentais.

3.3. APRESENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz apresentou o novo MPA, recriado na atual estrutura da esplanada efetivada pela MP nº 1.154/2023, que foi convertida na Lei nº 14.600/2023, cujas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

competências e atribuições da pasta foram regulamentadas pelo Decreto nº 11.624/2023. A estrutura do MPA é formada por 5 Secretarias: Secretaria-Executiva; Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura (Departamento de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura e Depto. de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura); Secretaria Nacional de Aquicultura (Depto. de Aquicultura em Águas da União e Depto. de Desenvolvimento e Inovação); Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (Depto. de Inclusão Produtiva e Inovações e Depto. de Territórios Pesqueiros e Ordenamento); e, Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva (Depto. da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva e Depto. da Indústria do Pescado).

O Coordenador reforçou o grande desafio de reestruturação da pasta, a felicidade e importância da volta do MPA que está de portas abertas para receber os diversos setores, neste sentido destacou a novidade de ter a assessoria participativa na nova estrutura. O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz afirmou que embora o MPA ainda possua quadro de Recursos Humanos limitado, os poucos servidores que o compõem estão comprometidos e animados em dar o melhor para o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura. O Sr. Felipe Weber (ABLA) corroborou com a necessidade de reforço no quadro nas Superintendências, pois a ABLA atua em várias regiões do país e tem presenciado a ausência de técnicos e gestores e consulta o MPA sobre qual a perspectiva de reforço nas pontas. O Coordenador respondeu que as Superintendências realmente foram as últimas a serem estruturadas, mas que recentemente receberam nomeações de todos Superintendentes, também estão sendo completados os cargos técnicos de Chefes de Divisão e Chefe de Serviço e que existe uma Assessoria específica em Brasília para apoiar o trabalho das Superintendências. O Sr. Felipe Weber (ABLA) entende as limitações e pondera que devido ao tema dos ornamentais ser transversal, este mereceria estrutura específica no MPA, pelo menos a nível de uma coordenação. O Sr. Rivetla Edipo Cruz reconheceu a importância da atividade e exemplificou que o MPA está atento ao colocar três Diretores (Artesanal, Aquicultura e Industrial) presentes nesta reunião do CPG Ornamentais.

3.4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL: DIRETRIZES E MECANISMOS

A Sra. Adriana Vilela Toledo (MPA) agradeceu aos Membros, à Coordenação e à Secretaria do CPG Ornamentais pelo espaço para apresentar o novo mecanismo de participação. Sobre o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

assunto, informou que a Constituição Cidadã de 1988 garantiu a participação nas políticas públicas, por meio de um conceito chamado de controle social. Atualmente, esse conceito não se resume apenas ao controle, avançou para um Sistema de Participação Social que criou em todos os órgãos uma Assessoria de Participação Social e Diversidade, além de um Conselho de Participação Social da Presidência da República, que recentemente atuou na construção do PPA Participativo. Apresentou os dez mecanismos e instâncias de participação social que o MPA dispõe (1 - Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca/CONAPE; 2 - Rede Pesca Brasil/Comitês Permanentes de Gestão - CPG; 3 - Conferência Nacional; 4 - Grupos de Trabalho; 5 - Mesas de Diálogo; 6 - Ouvidoria; 7 - Audiências Públicas; 8 - Consultas Públicas; 9 - Interfaces e Ambientes virtuais; e 10 - Fórum de Debates). Além disso, informou que para fazer a governança da participação social foi instituído o Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão com representantes de todos os órgãos do MPA. Concluiu que a Participação é um direito humano, uma política de Estado e um método de governo.

O Sr. Iran Cardoso Jr. (MCTI) protestou contra a ausência do MCTI na composição atual do CONAPE. A Sra. Adriana Toledo (MPA) concordou com o protesto e indicou que haverá revisão da composição para corrigir a ausência de ministérios importantes, como o MCTI e outros, numa reestruturação pela Casa Civil e Presidência.

O Sr. Felipe Weber (ABLA) apresentou dúvidas quanto ao funcionamento do CONAPE e a Rede Pesca Brasil e suas possíveis relações e/ou sobreposições. A Sra. Adriana Toledo (MPA) concordou que essa é uma dúvida importante que o Conselho vai ter que decidir, não apenas o MPA sozinho. Assim, informou que o CONAPE, quando for retomado, se reunirá semestralmente, e deverá concentrar-se em discussões mais amplas sobre a política, enquanto a Rede Pesca Brasil tem o perfil de uma discussão mais técnica, específica, e eles poderão funcionar sem sobreposição, mas certamente haverá um debate, após o recomeço do CONAPE, quanto ao funcionamento da Rede Pesca Brasil e como será o relacionamento de ambos a fim de evitar o retrabalho conflitante de discussões e encaminhamentos. Por fim, informou que o MPA está aberto a receber propostas de todos para chegar a melhor solução.

3.5. APRESENTAÇÃO DA REDE PESCA

Considerando a substituição de membros e a nova estruturação do MPA, o Coordenador



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sr. Rivetla Edipo Cruz, atualizou a apresentação da Rede Pesca Brasil, já feita na 1ª Reunião do CPG Ornamentais. A partir disso, colocou que a Rede Pesca Brasil foi instituída pelo Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, no dia do pescador, e que possui caráter consultivo e de assessoramento com o objetivo de subsidiar a gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros, sendo coordenada pelo MPA. Para suprir os CPGs com regras administrativas visando um eficiente funcionamento, para organizar os debates e devidos encaminhamentos, houve a previsão no Decreto da criação de um regimento interno, que veio a ser publicado pela Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022. Apresentou a linha do tempo da criação da Rede de Pesca Brasil, processo que nasceu para suprir um espaço de participação social que promovesse debate entre o governo e a sociedade, e que teve sua criação atrasada devido à suspensão dos conselhos e fóruns em 2019. A construção da Rede Pesca Brasil também debruçou-se, de forma participativa, na seleção das instituições da sociedade envolvidas com a atividade pesqueira para o provimento de vagas nos CPG's, por meio do Edital de Chamamento nº 3, de 23 de fevereiro de 2022, e na seleção de pesquisadores, técnicos e profissionais de notório saber para compor o Banco Técnico-Científico, por meio do Edital de Chamamento nº 4, de 28 de março de 2022, de fluxo contínuo, além da publicação das Portarias dos membros, iniciando as atividades da Rede Pesca Brasil no segundo semestre de 2022. O Coordenador reconheceu que a estrutura não é a ideal, embora tenha sido a instância disponível a ser criada naquela oportunidade, e que o MPA vem trabalhando para aumentar a participação social na Rede Pesca Brasil por meio de uma reestruturação da sua estrutura e revisão do seu regimento interno. O Banco Técnico Científico serve de apoio, atendendo às demandas recebidas nas reuniões dos CPG's. Assim, reforçou que existem 10 CPG's, sendo três nacionais (Atuns e Afins, Lagostas e Ornamentais), quatro regionais de ambientes marinhos (Demersais N/NE, Pelágicos N/NE, Demersais SE/S e Demersais N/NE) e três regionais de ambientes continentais (Norte, Nordeste e Centro-Sul). Informou que cinco CPG's serão coordenados pela Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva e os outros cinco CPG's serão coordenados pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Além disso, falou sobre a composição do CPG e regras dispostas no Regimento Interno.

O Sr. Luiz Sergio Ferreira Martins (ICMBIO) considerou que o MMA pode atuar com mais cuidado na participação nestes CPGs, após a volta da gestão compartilhada entre MPA e MMA. Questionou se a aprovação das recomendações na atual conjuntura também deveria ser



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

compartilhada. O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz esclareceu que os CPG's na Rede Pesca Brasil são instâncias de assessoramento e consulta para o MPA escutar os atores relevantes para a gestão daqueles recursos, mas as recomendações não são impositivas e não atrapalham a gestão compartilhada do ordenamento pesqueiro, servem para assessorar o nosso Ministro na tomada de decisões da pasta, inclusive na gestão compartilhada, com a qual o MPA tem estreitado agenda positiva, aproximando-se da equipe do MMA e sua Secretaria de Bioeconomia.

O Sr. Felipe Weber (ABLA) defendeu que os Suplentes possam ter direito à fala mesmo com a presença dos Titulares, mas entende que não deve ter direito a voto, mantendo um por instituição. Também criticou a ausência de representantes do MMA na presente reunião, o que na sua percepção denota falta de comprometimento com a gestão compartilhada. Em relação ao suplente ter voz, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz entende que agora é o momento de revisão do Decreto regimental e que a sugestão será avaliada. O representante do IBAMA, Sr. Lallamand Canedo de Souza, justificou que a substituição dos membros do IBAMA acarretou certa descontinuidade na representação, comprometendo-se a participar ativamente a partir desta 2ª Reunião do CPG Ornamentais. Questionou a definição do local da reunião, perguntando se iria retornar a ser em Brasília, o que favorece a maior participação governamental. O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz aclarou que o local e a data da próxima reunião são definidos no último dia da reunião, e que embora o CPG Ornamentais seja de caráter nacional, o MPA vai estar mais próximo dos atores, percorrendo o Brasil, com reuniões realizadas fora de Brasília. Já as reuniões extraordinárias serão sempre virtuais.

3.6. APRESENTAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO - GTC

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz ressaltou a importância do subsídio técnico-científico para a execução das políticas públicas, em especial a pesqueira. Destacou, que havia sido uma das recomendações da 1ª Reunião do CPG Ornamentais a formalização do Grupo Técnico Científico (GTC), instituído pela Portaria MPA nº 129, de 05 de setembro de 2023. O GTC é formado por profissionais selecionados, por critérios de Barema, que integram o Banco Técnico Científico da Rede Pesca Brasil. Cada GTC pode ter até 25 integrantes, entre pesquisadores, técnicos e profissionais de notório saber, e possui caráter temporário, de até 12 meses, e deverá



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ter um coordenador que será escolhido dentre os integrantes.

O GTC Ornamentais atualmente é composto pelos seguintes membros:

I - Categoria Pesquisador:

- Daniela Chemim de Melo Hoyos
- Edison Barbieri
- Jadson Pinheiro Santos
- Janayna Galvão de Araújo
- Leandro Melo de Sousa
- Luciana Thie Seki Dias
- Marcelo Barbosa Henriques
- Maurício Hostim Silva
- Rangel Eduardo Santos
- Tacyana Pereira Ribeiro de Oliveira

II - Categoria Técnico:

- Alan Carvalho de Sousa Araujo
- Caio Cesar Franca Magnotti
- Danielle Cristina Pereira Marçal
- Márcia Simões dos Santos

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra para a apresentação do Coordenador do GTC, Dr. Leandro Melo de Souza, o qual terá a função de ser o interlocutor do GTC com o CPG. O Dr. Leandro Melo de Souza cumprimentou a todos, agradeceu a confiança, comenta que já vem colaborando com atividades do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Por conseguinte, apresentou brevemente o seu currículo, falando que trabalha com diversidade de peixes, principalmente da Amazônia, é ictiólogo porque já era aquarista, e entende a importância da atividade na formação de cidadãos conscientes sobre a necessidade de conservar a biodiversidade. Disse que recebia com muita honra a tarefa e que também é o atual Presidente da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sociedade Brasileira de Ictiologia (SBI). Explicou que a SBI possui uma Comissão de Espécies Ameaçadas e outra Comissão de Recursos Pesqueiros, entre outras, e coloca a SBI à disposição do CPG Ornamentais. Explicou o fluxo da SBI, que ao receber demandas da sociedade, essas demandas são encaminhadas para as Comissões, que emitem um parecer que passa pelo Conselho Deliberativo e, somente então, a SBI se manifesta. Disse acreditar ser possível estreitar essa relação com o governo e o setor produtivo. Falou que o Brasil possui grande biodiversidade, cientistas renomados internacionalmente, uma cadeia produtiva excelente, e que é possível colaborar na ligação disso para aumentar a produção, gerar emprego e renda sem abandonar a conservação dos ecossistemas, sendo este o papel da academia, além de tentar dar as melhores respostas aos problemas. Falou que a SBI participa da construção das listas de espécies ameaçadas de extinção, e parabenizou o ICMBIO pelo hercúleo trabalho de relacionar os pesquisadores, processo que acaba colaborando com o ordenamento pesqueiro.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, apresentou as competências do Grupo Técnico-Científico do CPG Ornamentais:

- I - avaliar e fazer recomendações sobre as temáticas encaminhadas pelo CPG Ornamentais;
- II - propor e apoiar tecnicamente a realização de estudos e pesquisas na gestão dos recursos pesqueiros;
- III - propor estratégias de monitoramento, controle e avaliação da gestão da atividade pesqueira;
- IV - fornecer e analisar informações da atividade pesqueira, incluindo dados biológicos, ecológicos, ambientais, econômicos e sociais;
- V - subsidiar tecnicamente a participação do Brasil nos fóruns nacionais e internacionais sobre a atividade pesqueira; e,
- VI - elaborar relatório final sobre cada demanda apreciada e apresentar em reunião do CPG Ornamentais.

3.7. APRESENTAÇÃO DA CARTA DE PORTO DE GALINHAS, DO XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA – Carolina Torres (FAEP)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Engenheira de Pesca, Dra. Carolina Torres, relatou que foi convidada a coordenar sessão especial de sobre a pesca e aquicultura ornamental no XXII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca (CONBEP) - “Desenvolvimento Sustentável e Segurança Alimentar: Diálogos para o Futuro”, realizado em Pernambuco em 2023. Relatou que foi um excelente desafio ligar o setor produtivo com a academia, algo ainda incipiente no Brasil. Assim, explicou que o setor produtivo foi inserido num evento de cunho científico, oportunizando, principalmente aos alunos, conhecer de onde vem os peixes ornamentais que estão nos aquários e nas lojas de todo o país. Disse que foi feito o I Workshop de Peixes Ornamentais, cuja Mesa-redonda foi composta pelos produtores: o Eng. de Pesca Francisco de Andrade Pessoa (Recifes de Peixes/PE), o Med. Vet. Gabriel Miranda Batista (Acquacel Peixes Ornamentais/MG), o Eng. de Pesca Ivan Oliveira (Tanganyika/CE), o Eng. de Pesca Mario Nunes de Magalhães Porto (MP peixes ornamentais/RJ), e pelo gestor Eng. de Pesca Rivetla Edipo Araujo Cruz (Diretor do MPA). Destacou que o evento, além de ser um sucesso de público, produziu a Carta de Porto de Galinhas, contendo as principais demandas do setor, no intuito de ampliar o encaminhamento das sugestões do referido Workshop. Os encaminhamentos trazidos pela Sra. Carolina foram:

- **I)** Modificar a atual nomenclatura da Guia de Trânsito de Animais (GTA), de “GTA de peixes ornamentais” para “**GTA de organismos aquáticos ornamentais.**”

Justificativa: Ampliar a guia para outros táxons, que tem a comercialização permitida dentro do conjunto de organismos aquáticos ornamentais.

- **II)** Revisão do prazo de renovação do Cadastro Técnico Federal (CTF/IBAMA), passando dos 3 meses apenas, para, no mínimo de 1 ano.

Justificativa: O setor tem diversas licenças e exigências burocráticas cujo prazo normalmente é de um ano. O pedido de renovação do CTF é de três meses, atualmente, além de que os produtores já têm que entregar neste sistema um Relatório anual.

- **III)** Inserir a atividade de “Aquicultura Ornamental” dentro do Plano Safra de forma a assegurar os produtores, bem como capacitar os funcionários dos órgãos financiadores para dar suporte nos processos de financiamentos.

Justificativa: É importante inserir a atividade no Plano Safra para proteger anos em que a produção é perdida por condições ambientais. Além disso, é importante que os funcionários dos bancos conheçam a atividade e os produtores conheçam os créditos disponíveis e seus requisitos por meio de uma capacitação, até mesmo uma cartilha informativa para simplificar e ampliar o acesso ao crédito.

- **IV)** Regularizar a comercialização de organismos aquáticos vivos (fonte primária da cadeia



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

alimentar) para uso direto tanto na produção quanto no varejo, visto sua importância e demanda para o desenvolvimento do setor (*Moina, Daphnias, rotíferos, branchonetas, microalgas, copepodes, vermes, etc.*).

Justificativa: É necessário criar uma forma de regularizar a produção de alimentos vivos de qualidade.

- **V)** Revisão dos critérios para análise de risco das espécies não listadas, juntamente com uma gestão de processos.

Justificativa: Garantir a transparência para as regras.

- **VI)** Autorização de exportação para as espécies comprovadamente reproduzidas em cativeiro, por empresas licenciadas.

Justificativa: Muitas empresas que estão empenhadas ao final não conseguem exportar, carecem de um apoio para conseguir a autorização.

- **VII)** Criação de um selo de qualidade nos moldes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura (PNDA), incluindo os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) para o reconhecimento das empresas profissionais do setor.

Justificativa: Esta é uma solicitação comumente feita pelos clientes, elo final da cadeia. Os produtores que trabalham atendendo a todos os gargalos e exigências burocráticas, devem ser reconhecidos por um certificado, que possa diferenciar daqueles peixes que são comercializados sem atender às regulamentações.

- **VIII)** Criação de programas junto às Universidades, onde sejam liberadas linhas de créditos/bolsas, com objetivos para auxiliar no desenvolvimento da atividade.

Justificativa: Na linha de estreitar a relação entre a academia com o setor produtivo, há a necessidade de criar um programa de pesquisa aplicada, junto às universidades, pelo MPA, de linhas de crédito, bolsas para apoiar o desenvolvimento da atividade. A ideia desta proposta é canalizar as pesquisas realizadas pela academia para linhas definidas e apoiadas pelo MPA que atendam as demandas dos produtores. Isso ocorre muito no exterior, mas ainda de forma incipiente no Brasil.

- **IX)** Revisão da portaria 102 de 20 de setembro de 2022 (IBAMA).

Justificativa: É importante pontuar a necessidade de revisão desta normativa.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Cruz parabenizou a palestrante e a FAEP pela iniciativa e abriu para perguntas. O Sr. Felipe Weber (ABLA) também parabenizou a Dra. Carolina Torres e as iniciativas apresentadas, pediu licença para compartilhar a criação de um selo anual que a ABLA oferece aos associados para colocarem em suas lojas, selo que identifica ao consumidor as ações que a ABLA desenvolve no apoio ao aquarismo nacional, como a realização de workshops e a participação em eventos do setor. Além disso, falou que a ABLA mantém uma base



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

científica que conta com 54 (cinquenta e quatro) pesquisadores como sócios honorários, junto às principais universidades e instituições de pesquisa, para auxiliar nas respostas às demandas do setor. Falou que o selo também identifica que o lojista está regularizado, um dos principais trabalhos que a ABLA realiza para seus afiliados. Por fim, disse que as demais demandas da Carta de Porto de Galinhas convergem com a visão da ABLA.

O Sr. Lallamand Canedo de Souza (IBAMA) considerou a apresentação bem interessante e destacou pontos da esfera de atuação do IBAMA. Sobre a GTA, falou que fazia total sentido abranger outros organismos, além dos peixes, nos mecanismos de controle. Disse que os argumentos para ampliar o prazo do CTF são pertinentes e serão encaminhados ao setor responsável para avaliar a possibilidade de atender ao pleito. Em relação aos critérios de análise de risco, disse que realmente é importante existir transparência nos critérios, que devem também ter cautela para evitar impactos ambientais como a bioinvasão, como exemplo a introdução do bagre africano na bacia do Araguaia, que embora não seja espécie ornamental foi introduzida pela aquicultura, e causa muito impacto no ecossistema por ser um predador resistente. Sobre o selo de qualidade, disse ser de importância também para o controle, neste sentido, falou que o IBAMA busca viabilizar o Documento de Origem do Pescado para garantir a rastreabilidade da origem do pescado, contendo informações sobre o método de captura, por quem foi pescado, e por quais indústrias e intermediários o pescado passou, não só para aquarofilia, mas também para alimentação. O objetivo do documento é garantir ao produtor, consumidor e governo uma gestão pesqueira com dados confiáveis. Sobre a Portaria IBAMA nº 102, de 2022, falou que gostaria de escutar quais são os pontos questionados pelo setor produtivo e pelos setores técnico-científicos. Disse que essa discussão é válida mas é importante encontrar soluções intermediárias para não inviabilizar o controle (a fiscalização e a gestão de recursos pesqueiros) tampouco o setor produtivo.

Em relação à Portaria IBAMA nº 102, de 2022, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz orientou que a discussão seja feita em outro bloco desta reunião.

O Sr. Paulo Faria (Diretor da Secretaria Nacional de Aquicultura/MPA) parabenizou a Dra. Carolina Torres e justifica que cancelou participação no CONBEP pois sua nomeação junto ao MPA coincidiu com a semana do evento, mas ficou satisfeito com os resultados do trabalho, e que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

mesmo não tendo lido a carta já sabia dessas demandas do setor, com as quais concorda plenamente. Informou que a Secretaria Nacional de Aquicultura (SNA/MPA) estava trabalhando com ideias para implementar ações que atendam ao que está na Carta, citando inclusive iniciativas da Secretaria Tereza Nelma como o levantamento das áreas e dos setores e a capacitação. Falou que foi lançado o curso Multiplicadores Aquícolas, para todos os agentes públicos, como funcionários dos bancos, por exemplo. Disse que existe certa dificuldade em ampliar para todo o Brasil, que o programa foi inicialmente pensado para atender 1.000 pessoas, e atualmente já está com mais de 3.000 inscritos, e deve mobilizar muitas pessoas até sua disponibilidade em agosto de 2024. Falou que os editais de fomento da aquicultura, incluindo de ornamentais, estão sendo trabalhados, além do fortalecimento das instituições de ensino técnico e superior que tenham aquicultura no currículo, que também vão ser priorizados com edital específico, além de editais com Prefeituras e OSCs, projetos que estão sendo alinhados com todas essas áreas da SNA/MPA serão prioritários e a aquicultura ornamental está inserida. Disse que existia uma grande dificuldade em divulgar as ações da aquicultura, de ornamentais principalmente, dizendo que os consumidores desconheciam a origem do peixe ornamental. Destacou que o PNDA era uma importante ferramenta, como a Dra. Carolina Torres colocou, que serve de base para orientar essas ações, construído com o setor produtivo, e atualmente está em discussão sobre alguns conceitos, devido a orientações pontuais de governo, mas que está tendo andamento prioritário. Destacou que a SNA estava empenhada em alinhar internamente com as demais secretarias Industrial e Artesanal, e com cada órgão do governo que trabalha a gestão compartilhada para desenvolver o setor de ornamentais.

A Dra. Carolina Torres manifestou satisfação com a nomeação do Diretor Paulo Faria no MPA. Em breve síntese das prioridades dos governos até o momento, a Dra. Carolina Torres avaliou, como empresária, que sempre existiu prioridade para a pesca comercial de corte, em detrimento da pesca ornamental. Destacou que é muito importante fazer o setor ornamental ter visibilidade, pois emprega muitas pessoas em espaço reduzido, paga muitos impostos, e trabalha dentro da legalidade. Por fim, sugeriu que quando o governo lançar editais de crédito, de financiamento, seja direcionado para as pessoas que realmente trabalham com ornamentais, pois quando abre crédito para a aquicultura de forma generalizada o recurso é destinado ao cultivo de peixe de corte.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

4. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG ORNAMENTAIS

4.1 REC 1/2022: Criar o grupo técnico-científico (GTC) do CPG Ornamentais. (MPA)

O Sr. Rivetla Edipo Cruz informou que a demanda foi cumprida com a publicação da Portaria MPA nº 123, de 2023, que estabeleceu o GTC.

4.2 REC 2/2022: Os membros devem divulgar o Edital de seleção do Banco Técnico-científico (BTC) da Rede Pesca Brasil: o Edital de Chamamento nº 04, de 25 de março de 2022. (MEMBROS CPG Ornamentais)

Sobre a recomendação, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz lembrou que era de responsabilidade dos membros, e o Fórum cumpriu seu papel enviando e lembrando aos membros a necessidade de divulgação, que acredita ter sido realizada. O Sr. Felipe Weber (ABLA) questiona se a composição do BTC é dividida representando os ambientes continental, marinho e estuarino e coloca a ABLA e seus pesquisadores filiados à disposição para preencher eventuais lacunas. O Sr. Rivetla Edipo Cruz disse que levaria a sugestão à Gerência do GTC, o Departamento de Pesquisa/SERMOP. Além disso, foi sugerido que o MPA publicasse os currículos dos pesquisadores que compõem o BTC na forma de *dashboard*, para que se possa ver o currículo, por área, por expertise, com a indicação dos CPGs.

4.3 REC 3/2022: Reavaliar as normas de ordenamento e de concessão de licença de captura e exportação de exemplares vivos de raias (família Potamotrygonidae) para fins de ornamentação, pelo MPA e subsidiada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e instituições da sociedade envolvidas com a atividade da pesca, observando os estudos científicos mais recentes disponíveis, de acordo com as competências do MPA, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (ICMBio) - (MPA)

O Sr. Alyson Carvalho Cardoso (SERMOP) colocou que a SERMOP está aguardando as informações de estudos do IBAMA para subsidiar a reavaliação das normas para, em conjunto com a SNPI, encaminhar as tratativas de concessão dessas licenças das cotas de raias. O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (SNPI) contextualizou o assunto dizendo que a cota de raias para os estados do PA e AM estão definidas em portaria, já existindo uma cota global para a família



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Potamotrygonidae, e em 2021, a extinta SAP autorizou o licenciamento dessas raias. Porém, informou que o setor reclamou que não conseguiu emitir as guias de exportação, ou seja, a SAP trabalhou para sair um edital permitindo a solicitação dessas cotas mas, o IBAMA, autoridade administrativa CITIES, condicionou a concessão das guias à realização de um estudo de avaliação populacional da espécie, e também de um produto de comercialização. Portanto, somente após a conclusão da consultoria, provavelmente paga pelo IBAMA, poderia se avançar com a concessão das licenças. O Sr. Lallamand Canedo de Souza (IBAMA) disse representar a Diretoria de Controle e Fiscalização (DIPRO/IBAMA) e, por isso, não saberia dizer o status da consultoria. Porém, ressaltou que realmente é uma análise demorada porque envolve uma série de questões relacionadas a várias espécies, mas que o Membro Suplente, da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade (DBFLO/IBAMA), setor que trata diretamente dessa demanda poderá dar uma posição mais precisa quanto aos resultados e prazo. O Sr. Felipe Weber (ABLA) reiterou que na reunião passada o prazo para o resultado dos estudos já estava ultrapassado, destacando que a norma existe, tem a previsibilidade para exportar, não tem impedimento para capturar e colocar no mercado interno, porém o setor ornamental fica prejudicado pela omissão unilateral do IBAMA. O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG) lembrou que a representação deve apresentar um posicionamento institucional, com a expectativa de que até o final da reunião seja apresentada devolutiva desta recomendação. No segundo dia de reunião, apesar do compromisso do representante titular em trazer o posicionamento institucional por meio do suplente, o Sr. Luciano dos Santos (IBAMA) não trouxe respostas com a justificativa de ter sido recentemente nomeado para participação no CPG, solicitando prazo para buscar as informações com colegas que atuavam nesta área. O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Cruz, pediu que o IBAMA tenha atenção e leve a sério a participação, pois a convocação para a reunião é feita 30 dias antes com o envio de agenda prévia. O Sr. Felipe Weber (ABLA) registrou descontentamento com a instituição IBAMA diante deste CPG Ornamentais, que espera resposta há seis meses, e com a ausência do representante titular no segundo dia desta Reunião, pois havia se comprometido em levantar as respostas para as recomendações. Assim, ele disse que era perceptível a indiferença aos prejuízos que o setor arca devido às medidas equivocadas tomadas pelo IBAMA.

4.4 REC 4/2022: O Grupo Técnico-Científico (GTC) Ornamentais deverá avaliar a possibilidade de excetuar nas normas de tamanho mínimo de captura as espécies de interesse



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

comercial para o mercado de ornamentais e aquariorfilia. *(GTC Ornamentais)*

O Coordenador do GTC, o Sr. Leandro Souza explicou que existe uma demanda do setor de ornamentais de produzir espécies que possuem tamanho mínimo de captura, espécies para o corte (alimentação). Consultando especialistas, afirmou ser viável capturar uma cota de juvenis devido à alta mortalidade natural nesta fase do ciclo de vida dessas espécies. Assim, informou que está sendo produzido um artigo sobre o tema, mas também encaminhará um parecer ao CPG Ornamentais, às entidades e aos órgãos ambientais para subsidiar a tomada de decisões.

4.5 REC 5/2022: Retificação da Portaria SAP/MAPA nº 17, de 26 de janeiro de 2021, excetuando a política de tamanho mínimo de captura para espécies com fins de ornamentação e de aquariorfilia, a partir da avaliação do grupo técnico-científico (GTC) Ornamentais. *(MPA)*

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (SNPI) informou que a SNPI e a SNPA somente poderão dar andamento a esta Recomendação após o recebimento do Parecer do GTC sobre a recomendação anterior. O Sr. Felipe Weber (ABLA) contextualizou que o tamanho mínimo já existia no modelo positivista mas não era cobrado porque existia o entendimento de que era uma pequena quantidade capturada de indivíduos juvenis, porém, com a mudança para o modelo negativista, foi gerada uma insegurança jurídica para o setor.

4.6 REC 6/2022: Criação de um sistema informatizado para registro de aquicultor e empresa pesqueira. *(MPA)*

O Sr. Alyson Carvalho (SERMOP) recordou a todos que estavam na 1ª reunião do CPG Ornamentais o quanto foi enfatizada a necessidade de publicar norma para desburocratizar os procedimentos para a inscrição do aquicultor e que o desenvolvimento do sistema é uma das prioridades da SERMOP. Informou que a norma já foi discutida com o MMA, no âmbito da gestão compartilhada na atual estrutura, que emitiu parecer positivo, vez que trata-se apenas de RGP, e agora está na Secretaria Nacional de Aquicultura (SNA) para última avaliação antes da publicação da norma. Relatou que o sistema para Empresa Pesqueira não está no planejamento para 2023, pois havia prioridades dentro da Plataforma PesqBrasil que foram a publicação dos módulos Mapa de Bordo, e Pescador e Pescadora no RGP, e que os próximos sistemas a serem desenvolvidos pelo pessoal de TI serão os módulos de Aquicultor e de Embarcação Pesqueira.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Ivan Oliveira (ACLACE) lembrou que na 1ª Reunião foi discutida a entrega dos relatórios da atividade da pesca artesanal, que estaria atrasada, e se não poderia ser feito on-line, devido à lista enorme para preencher, e que pode servir para fazer o levantamento da produção. Quanto ao Registro e Licença do Aquicultor, frisou ser importante simplificar o sistema, que atualmente é feito em peso e causa imprecisão. Defendeu que as listas de espécies também possam ser incluídas, com ajustes diretamente no sistema, pois hoje vem sendo difícil informar as espécies que tem, somente por meio de um encaminhado por e-mail, junto à SFPA/CE, atualiza as suas espécies a cada seis meses, com espécies que não estão no sistema, para daqui a cinco anos, durante a renovação, solicitar a atualização da lista, pois do contrário teria que pagar nova taxa. Considerou que o sistema do RGP Aquicultor não foi feito para o produtor de peixes ornamentais. Também avaliou que com o fim do RGP das Lojas de Aquário, se por um lado diminuiu a burocracia, por outro dificultou estimar a quantidade de lojas formalizadas por estados. Sugeriu a manutenção de algo simples, como o preenchimento do CTF do IBAMA, para que as lojas se inscrevessem e que gerasse automaticamente um número neste sistema. O Sr. Alyson Carvalho (SERMOP) informou que a entrega dos relatórios pelos pescadores no novo sistema entrará em vigor a partir do dia 30 de setembro, conforme a Portaria recém lançada. Em relação ao aquicultor, informou que a SERMOP e a SNA discutiram a criação do sistema para atender o máximo possível as demandas do setor, inclusive com as adequações necessárias para a inclusão das espécies. Destacou que um dos pontos da última reunião do CPG Ornamentais foi a falta de exigência da licença ambiental para ter a licença de Aquicultor, desburocratizando o RGP de Aquicultor. O Sr. Felipe Weber (ABLA) perguntou se haverá consulta pública para a norma do RGP do aquicultor, solicitando maiores explicações quanto à dispensa da licença ambiental no processo de cadastro simplificado e perguntando se está sendo prevista uma regulamentação mínima para se restabelecer o registro das lojas. O Sr. Alyson Carvalho Cardoso (SERMOP), respondeu que não houve consulta pública e que a publicação está em fase final, mas que poderia verificar junto aos superiores a possibilidade do setor avaliar o que está sendo proposto. Em relação à simplificação, explicou que atualmente há duas etapas de registro e de licença de aquicultor, que serão simplificadas, e o registro deixará de existir, terá apenas a licença de aquicultor que não terá mais a licença ambiental como condicionante. Sobre as lojas de aquarofilia, respondeu que é necessário trazer para a discussão a norma de Empresa Pesqueira, possivelmente com uma revisão IN MAPA nº 69, de 2018, para criar procedimentos mínimos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Explicou que, atualmente, há a previsão no Decreto 8.425, de 2015 de que a empresa que comercializa não tem obrigação de inscrição no RGP mas os órgãos de controle atendem normas que fazem essa exigência, havendo um conflito normativo. O Coordenador do CPG, o Sr. Rivetta Edipo Araujo Cruz, sugeriu que o setor encaminhasse uma nota com os seus anseios e suas peculiaridades para a SERMOP e para a SNA avaliarem, pois colocar a discussão no âmbito de uma consulta pública pode retardar a publicação.

4.7 REC 7/2022: Publicização do resultado da Consulta Pública que resultou na Portaria IBAMA nº 102, de 20 de setembro de 2022. (IBAMA)

O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) não tinha informações sobre a situação desta recomendação e informou que iria verificar internamente com o setor específico. O Sr. Rivetta Edipo Araujo Cruz (Coordenador) ratificou a importância da reivindicação destacando que a publicação está prevista em decreto. O Sr. Felipe Weber (ABLA) falou que o questionamento feito sobre esta normativa foi baseado em Workshop com pesquisadores e que contou com a participação de diretor do IBAMA, e que uma das sugestões foi utilizar metodologias disponíveis para espécies aquáticas para realização das análises de risco, enquanto que a Portaria IBAMA nº 102, de 2022, utilizou metodologia para espécies terrestres. Assim, disse ficar no aguardo de respostas e pede mais transparência ao processo.

4.8 REC 8/2022: Deverá ser avaliada a possibilidade de suspender por 180 (cento e oitenta) dias a Portaria IBAMA nº 102, de 20 de setembro de 2022, para serem analisadas as contribuições encaminhadas pelo setor de ornamentação e aquariorfilia e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), até que sejam definidos e publicizados os critérios de avaliação de análise de risco de importação com a participação das entidades da sociedade vinculadas à atividade de ornamentação e aquariorfilia. (IBAMA)

O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) afirmou que a suspensão da portaria foi descartada de imediato porque não existe norma para reger o assunto e disse que o que poderia ser feito é a revisão do ato, ponto a ponto. O Sr. Felipe Weber (ABLA) colocou que a suspensão foi proposta por causa do conflito normativo com a norma de ordenamento (Portaria SAP n17/2021) e da necessidade de retificar pontos da norma que o IBAMA já estava ciente, pois a ABLA encaminhou a demanda por Ofício. Disse que quando a ABLA propôs o Workshop para o IBAMA, foi informado que a minuta estava pronta, e que o Diretor da DBFLO, Sr. João, concordou em realizar o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Workshop para ampliação das discussões, mas que parte dos servidores responsáveis pela norma não compareceram ao evento organizado pela ABLA, IBAMA e MAPA. Por outro lado, informou que as recomendações dos pesquisadores não foram consideradas na construção da norma e que o processo não foi participativo. O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) reconheceu que não houve participação social na construção da norma e que os pontos questionados deveriam ser avaliados pelo IBAMA e que acredita que este CPG possa aumentar a participação no processo administrativo. Contudo, ressaltou que a suspensão é inviável. O Sr. Felipe Weber (ABLA) sugeriu a criação de um GT específico para a discussão e revisão da norma. O Sr. Rivetta Édipo Cruz (Coordenador) atualizou que o MPA encaminhou Nota Técnica informativa ao IBAMA com os pontos que entende possível para se ter um avanço na portaria em tela e com a sugeriu uma reunião técnica no âmbito da atual gestão compartilhada para buscar consenso. Além disso, disse ver como positivo o IBAMA se posicionar de forma receptiva a proposta dessa construção compartilhada. O Senhor Kiuslei Cassiolato (ABLA) ponderou que os produtores têm que manter grande infraestrutura para uma boa manutenção da qualidade de vida dos animais e de empregados e como houve um corte de cerca de 30% na exportação de organismos aquáticos ornamentais após a publicação da portaria, devido ao corte de espécies e a suspensão do aeroporto do Rio de Janeiro, a atividade estava se tornando inviável economicamente. Dessa forma, ficou sugerido a criação de um GT específico para tratar a temática.

4.9 REC 9/2022: Reabilitação dos aeroportos de Belém/PA, Manaus/AM e Rio de Janeiro/RJ como habilitados para o despacho de importação e exportação de organismos aquáticos com fins ornamentais e de aquariorfilia. (IBAMA)

O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) pontuou que o IBAMA não abre mão do controle da fiscalização da exportação e importação desses animais e acredita que este seja o anseio também daqueles que se situam no mercado de forma regular. Informou que os aeroportos listados na Portaria IBAMA nº 102, de 2022, de Fortaleza (CE), Guarulhos e Viracopos (SP) são aqueles que o IBAMA possui unidades com servidores habilitados para fiscalização. Disse que os argumentos apresentados para reabilitar estes aeroportos são convincentes em relação ao bem-estar do animal e ao custo logístico do setor, mas o impasse para reabilitar é a falta de pessoal de fiscalização permanentemente em unidades fixas do IBAMA nesses aeroportos. Informou que no RJ há presença eventual de fiscais e em Belém e Manaus as unidades fixas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

foram extintas. Assim, disse que para viabilizar a habilitação de mais aeroportos é necessário estruturar essas possibilidades e o cenário passou a ser mais favorável considerando os novos servidores concursados, principalmente de Belém pelo avanço das discussões internas. O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) solicitou que o setor definisse qual aeroporto seria prioritário. O Sr. Felipe Weber (ABLA) ponderou que a Portaria IBAMA nº 102, de 2022 exige que o exportador/importador agende a vistoria para a chegada da carga, justamente pela deficiência de servidores. Disse que o aeroporto de Belém fiscaliza toda a carga que sai para São Paulo, assim concluiu que nenhuma carga é exportada por São Paulo que não tenha sido vistoriada em Belém, o que não justifica a restrição de exportação/importação por Belém. Disse que o aeroporto do Rio de Janeiro vem fiscalizando toda carga de répteis e aves e que no processo de reestruturação do Aeroporto Tom Jobim a tendência é aumentar os voos internacionais e lá havia fiscais do IBAMA, assim como em Belém, mas disse desconhecer a situação do aeroporto de Manaus. Sugeriu que o IBAMA aproveitasse os fiscais que já atuam nesses aeroportos para que as cargas não tenham que voar para SP ou de lá para o destino no RJ. Colocou ainda sobre o custo do frete, dizendo que antes da pandemia variava de 3,50 a 4 US\$/quilo, e a caixa transportadora tem média de 35 kg e gerando um custo de 140 US\$ a caixa, praticamente dobrando o preço que atualmente vem sendo praticado pelas empresas que permanecem no mercado, assim, ter mais voos no trajeto encarece a atividade, além do tempo que a carga tem para importação de até 12 horas o que complica a logística. O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) reafirmou que as equipes eventuais nesses aeroportos não conseguiriam atender aos agendamentos pela falta de unidades fixas e que é importante levar a demanda aos tomadores de decisão, pois considera que os técnicos do IBAMA também querem que essas unidades voltem ao seu pleno funcionamento. O Sr. Leandro Souza (GTC) disse saber das limitações do IBAMA e fica feliz com os concursos, sugerindo que a prioridade sejam os três aeroportos e que o aeroporto de Manaus também seja reabilitado pois, apesar da pesca de ornamentais ter colapsado na região, há projetos de revitalização da captura de peixes ornamentais pelos ribeirinhos e inclusive algumas empresas dos Estados Unidos querem aportar recursos para aprimorar a cadeia e a qualidade no transporte, mas desde que os organismos saiam por Manaus. Além disso, colocou que essa é uma região estratégica para ter um escritório fixo, pois fica no coração da Amazônia e deve ter muitos produtos ali para vistoriar. Perguntou se havia algum prazo para o restabelecimento dos aeroportos. O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) reconheceu que é necessário equipe fixa do IBAMA no aeroporto de Manaus,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que foi desmobilizada nos últimos anos, e está se discutindo isso no órgão, contudo não existe um prazo definido para atender a demanda, dizendo que apenas está mais avançada a implementação de unidade fixa em Belém, que já conta com equipe de rotina, faltando apenas migrar a lotação.

4.10 REC 10/2022: O Ministério do Meio Ambiente (MMA) deverá avaliar a regulamentação visando a normatização do uso das matrizes de espécies ameaçadas para fins de formação de plantel para a aquicultura, a partir do diálogo com o setor aquícola e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (SNA/MPA e MMA)

Em não havendo representação do MMA na reunião, não houve resposta. O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz registrou que a cobrança ao MMA será realizada na próxima reunião. O Sr. Luiz (ICMBIO) comentou que existe um acórdão do TCU que limita o uso apenas para as espécies consideradas “Vulneráveis”, assim, disse que espécies categorizadas como “Em Perigo” ou “Criticamente Em Perigo” não haveria a possibilidade de uso. Disse que o MMA, por meio do ICMBio, tem procurado a nossa Procuradora para esclarecer as lacunas existentes no acórdão do TCU. Falou que para casos excepcionais as restrições não se explicam. Falou, ainda, que para as espécies categorizadas como “Vulneráveis”, que têm interesse comercial, é possível solicitar a elaboração de um Plano de Recuperação que contemple algum manejo monitorado, citando como exemplo os planos de recuperação feitos para o bagre, guaiamum, siri azul e os peixes das Bacias de Tapajós e Xingu. O Sr. Ivan (ACLACE) colocou que esse uso das espécies Vulneráveis foi pensado para a exploração do recurso, sendo diferente o caso de coletar poucas unidades a cada dois anos, por exemplo, para uso no plantel. Sugeriu que o assunto fosse regulamentado para fins de formação de plantel para espécies ameaçadas. O Sr. Ivan (ACLACE) lembrou que a Portaria MMA nº 445, de 2014, permite uso apenas para pesquisa. O Sr. Leandro Souza (GTC) informou que abordou o tema em artigo de 2021 sobre o peixe zebra (*Hypancistrus zebra*), desde os anos 1980, e sugeriu aproveitar as recomendações feitas neste artigo como base para defender o pleito do setor. Defendeu a parceria do setor produtivo com as instituições de pesquisa, e com os órgãos de fiscalização (IBAMA e ICMBio). Disse que recebeu, para fins de pesquisa, o peixe zebra em seu laboratório, mas que estava sem condições de estocá-lo e gostaria de doar para empresas cadastradas, visando a redução da pressão de pesca, porém não havia regulamentação para isso. O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) disse que essa sugestão



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

reforça a necessidade de ter o controle de origem do pescado, porque a técnica de cultivo é conhecida mas a falta de controle pode estimular a comercialização de peixes oriundos da pesca ilegal. O Sr. Felipe Weber (ABLA) parabenizou publicamente o trabalho do Dr. Leandro Souza, dizendo que o pesquisador conhece o setor ornamental e luta pela ferramenta da aquicultura ser apoiada como instrumento da conservação e ponderou que enquanto o governo brasileiro não permitir claramente essa solução os outros países estão desenvolvendo as técnicas de cultivo dos peixes brasileiros. Considerou essa pauta muito importante, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho específico para acelerar essa normatização. Disse que o Brasil está perdendo mercado para o cultivo de espécies brasileiras no exterior. Falou que as regras precisam ser dinâmicas e os órgãos devem ser proativos e buscarem soluções. O Sr. Luiz Sergio (ICMBIO) concordou que a ferramenta da aquicultura deve ser regulamentada como instrumento de conservação, pois os peixes que são apreendidos em operações de fiscalização poderão, assim, serem doados para terem suas técnicas de reprodução desenvolvidas. O Sr. Ivan Oliveira (ACLACE) relatou que aconteceu exatamente isso com espécie que recebeu de operação de fiscalização, foi monitorado e hoje obtém tão facilmente em cultivo, vendendo para todo o Brasil, inclusive exportando.

4.11 REC 11/2022: Fomentar a abertura de editais específicos de custeio e investimento para projetos de pesquisa objetivando desenvolvimento de tecnologias de produção com espécies ornamentais nativas de importância para a aquarofilia, incluindo as espécies ameaçadas e a destinação de progênie a piscicultores formais. (MPA, ICMBIO, MMA e EMBRAPA)

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador) informou que não houve reunião dos órgãos responsáveis pela recomendação, mas acha importante passar a palavra ao Diretor da SNA/MPA. O Senhor Paulo Faria (Convidado) disse ser importante cada órgão definir se realmente tem como prioridade esse tema para alinhar a elaboração de Editais. Disse que a SNA fez proposta recente de edital e foi sugerido que fosse criada área específica para as universidades proporem projetos em ato contínuo. Disse que existem editais abertos com as associações e fundações que devem ser por chamada pública e a SNA tem a previsão de abrir em breve edital com valor de 10 milhões de reais. O Sr. Adriano Prysthon (EMBRAPA) informou que hoje a EMBRAPA possui 45 (quarenta e cinco) unidades no Brasil e foi contemplada no novo PAC, e, portanto, receberá 850 milhões de reais para os próximos quatro anos para infraestrutura e pesquisa, a qual inclui a pesca e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

aquicultura nas linhas de atuação, destacando ser essa uma excelente novidade para a sociedade brasileira considerando que nos últimos quatro anos a EMBRAPA teve o pior orçamento da sua história. Por fim, disse que os editais ainda serão elaborados. O Sr. Luiz Sergio (ICMBIO) relatou que chegou ofício específico para tratar da recomendação e disse que não sendo espécie ameaçada não há problemas. Falou que já havia conversado com o Sr. Gilberto Sales do MMA para alinhar sobre alternativas de criação de espécies nativas em Unidades de Conservação de uso direto. O Sr. Ivan Oliveira (ACLACE) comentou sobre as tratativas com o ICMBIO e disse que foi uma luta grande incluir a aquicultura como ferramenta de conservação no Plano de Ação Nacional (PAN) do São Francisco, no contexto da inclusão do pintado na lista de espécies ameaçadas de extinção. O Sr. Ivan Oliveira (ACLACE) e Leandro Souza (GTC) disseram que a aquicultura é considerada uma ferramenta de conservação apenas para projetos de repovoamento, porém quando envolve comércio perde o apoio, e torna-se um tabu. O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) esclareceu sua fala, dizendo que não é contra a aquicultura como ferramenta para conservação, e mesmo com o objetivo duplo de comércio, mas que tem a preocupação com o controle da origem do pescado e que tratar isso nos PANs é, realmente, um caminho.

4.12 REC 12/2022: Fomentar a estatística pesqueira do setor de peixes ornamentais. (SERMOP) O Sr. Alyson Carvalho Cardoso (SERMOP) ponderou que na reestruturação do MPA, surgiu o Departamento de Pesquisa e Estatística da Pesca, e o órgão está consolidando os dados da pesca no país. Falou que estão sendo contactados pesquisadores de todo o Brasil, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) com Universidades para fomentar a estatística, e já foi criada uma rede com 62 (sessenta e dois) pesquisadores, sendo que 28 (vinte e oito) deles já haviam encaminhado dados da pesca e aquicultura. Aproveitou para convidar os pesquisadores associados da ABLA a colaborarem na consolidação da estatística de 2023. O Sr. Felipe Weber (ABLA) considerou que 90% do setor de ornamentais no Brasil está relacionado à exportação e por isso o MPA deve ter acesso aos dados do órgão ambiental que emite a anuência no SISCOMEX por meio da LCPO, também junto à pasta de fazenda pelas emissões das Notas Fiscais Eletrônicas. O Sr. Lallamand Canedo (IBAMA) considerou que o sistema de documentação de origem do pescado (DOP) também se justifica ter urgência em sua criação pois resolveria a estatística pesqueira com relatórios do próprio sistema, o que não vem sendo feito desde 2011. O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG) ponderou que de imediato o IBAMA poderia avaliar a possibilidade de disponibilizar os dados da LCPO para o MPA elaborar um Boletim Estatístico de Peixes Ornamentais.



5. DILAÇÃO DO PRAZO DE RENOVAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) – CNPA.

O Dr. Leopoldo Barreto (CNPA) afirmou que não tinha conhecimento na íntegra da Carta de Porto de Galinhas. Lembra que por ser aquarista, cursou Engenharia de Pesca, tornando-se empresário do setor, estando há 10 anos à frente da AquarioMania. A partir da sua experiência, sugeriu que o prazo para renovação do CTF fosse dilatado para um ano, considerando que o prazo foi aumentado para atividades mais impactantes e não revista para nosso segmento. Afirmou que isso promove a regularidade e a qualidade nos dados preenchidos pelos responsáveis, evitando terceirizações do preenchimento, trazendo melhorias na administração das empresas, sem prejuízos na análise desses dados, devendo esses serem fidedignos. O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, comentou que a proposta da CNPA está alinhada com a demanda da Carta de Porto de Galinhas encaminhada pela FAEP, acreditando em sua efetivação de acordo com a posição inicial apresentada pelo IBAMA sobre o pleito e que esta será uma recomendação do CPG. O Sr. Felipe Weber (ABLA) manifestou apoio ao pleito. O representante do IBAMA se pronunciou requerendo um prazo longo para a análise do pleito, sendo esse inicialmente de um ano, prazo tal que gerou outra discussão sobre a celeridade nas respostas do órgão, uma vez que alegou-se não ser a efetivação do pleito, mas apenas uma resposta sobre a viabilidade na análise aprofundada. Tal discussão causou inicialmente um impasse, mas que ao fim chegou-se a um prazo plausível para todos os presentes.

6. REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTO VIVO PARA O MERCADO DE ORGANISMOS AQUÁTICOS ORNAMENTAIS (CNPA)

O Dr. Leopoldo Barreto (CNPA) afirmou que a luta por essa proposta da regulamentação da produção de alimentos vivos é justificada pela grande dependência do setor por este insumo, muitas vezes Clique aqui para inserir texto. suprido pelas próprias empresas, mas de forma insuficiente, dependendo de produtores. Destacou que o desafio é apoiar o surgimento de futuras empresas neste segmento com a criação de base legal específica. Em conversas com pesquisadores como a Dra. Mônica Tsuzuki e o Dr. Fabrício Ramos, entre outros, disse que essa demanda sendo amadurecida e consolidada, seria pioneira, pois numa revisão na legislação internacional encontrou apenas nos Estados Unidos regulamentação para criação de alimento vivo



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

para o segmento pet, mas não específico aos ornamentais. Sugeriu a criação de um GT para se debruçar na regulamentação da produção de alimentos vivos. O Sr. Ivan Oliveira (ACLACE) complementou dividindo o assunto em duas vertentes: uma sendo a própria criação que utiliza alimentos vivos, mas não tem comprovante de origem; a outra é a regulamentação de empresas específicas para produção de alimentos vivos para comercialização.

7. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA ORNAMENTAL E CURSO MULTIPLICADORES AQUÍCOLAS (SNA)

O Sr. Paulo Faria (SNA/MPA) contextualizou que foi recém nomeado e que vai seguir as ações em curso tentando aperfeiçoá-las. Sobre os dois assuntos, o Curso de Multiplicadores Aquícolas está mais adiantado, foi aberto em agosto deste ano (www.multiplicadores.mpa.gov.br), inicialmente proposto para agentes públicos para nivelar os servidores sobre aquicultura, com tópicos de licenciamento e crédito, previsto para 1000 pessoas, módulo à distância. Posteriormente o curso foi aberto para toda a sociedade, produtores, agentes públicos, até pessoas que estão em outros países. Disse que o conteúdo não é apenas um curso básico, toda a plataforma foi elaborada pela Universidade de Brasília (UNB) e o conteúdo técnico foi consolidado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Disse que, atualmente, estão 3000 alunos matriculados. Todas as ações de aquicultura do governo e dos seus parceiros, legislações, incluindo as recomendações do CPG Ornamentais estarão inseridas em módulo específico do curso sobre aquicultura ornamental, que será permanentemente atualizado, para um debate amplo. Neste sentido, convidou as instituições e seus representantes a sugerirem conteúdos para o curso em tela. Sobre o Programa de Desenvolvimento da Aquicultura Ornamental, disse que é o quarto de doze programas do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura - PNDA 2022-2032, construído com toda a cadeia produtiva, contendo várias ações que estão sendo ajustadas e outras sendo já executadas pela SNA, para extensão, pesquisa, assistência técnica que devem ser ampliadas para o setor ornamental. Destacou a importância em fortalecer também o diálogo interno com as Secretarias Nacionais da Pesca Industrial e Artesanal para formarem um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Aquáticos Ornamentais.

8. PLANO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

AQUÁTICOS PARA FINS DE ORNAMENTAÇÃO E AQUARIOFILIA - Rivetla Édipo Araújo Cruz (Coordenador CPG Ornamentais)

Antes de iniciar este item previsto na Agenda, aos participantes da reunião foram apresentados os Superintendentes Federais de Pesca e Aquicultura, dos estados do Mato Grosso e São Paulo, que trouxeram o quadro atual deficitário em recursos humanos destas superintendências e o desafio de lidar com decisões dos estados equivocadas como a lei do Mato Grosso de cota zero para a pesca profissional. Este último tema, tangente a este CPG Ornamentais, foi bastante debatido entre os membros quanto ao impacto para os pescadores artesanais, sendo enaltecida a posição do MPA pelo uso múltiplo dos recursos.

Por conseguinte o Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, passou a palavra à Secretária-Executiva, a Sra. Carolina Bittencourt, que apresentou histórico e escopo do Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Aquáticos Ornamentais (PNPO). Disse que a temática dos ornamentais está inserida na Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva dentro da Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, onde iniciaram o Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva, entendendo que este setor estava carente de uma política estruturante, e da mesma forma foi iniciado para os recursos aquáticos para fins de ornamentação e aquariofilia. Falou que o trabalho foi inspirado no Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura (PNDA), a partir de uma adaptação da metodologia. Disse que a ideia é estruturar uma política de estado, com planejamento a longo prazo, para além de quatro anos de governo, que será sempre atualizado, mas que as equipes gestoras competentes tenham um norte com as ações necessárias, os órgãos responsáveis parceiros e os prazos estabelecidos para a execução das ações. Destacou que deverá ser considerado o Programa que contempla a aquicultura ornamental que consta no PNDA para o estabelecimento dos programas. O plano será alinhado com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), e será produzido a partir de uma construção coletiva com o setor.

O Coordenador, Sr. Rivetla, agradeceu a apresentação e reforçou a importância social e econômica do setor ornamental no país, transversal entre as competências das secretarias artesanal e industrial, mas também inserido na secretaria de aquicultura, e considerou que o tema é uma das prioridades do MPA. Falou que em reunião recente (março) com a ABLA, o Ministro André de Paula ficou impressionado e animado com os dados apresentados e o potencial da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

atividade no Brasil, sendo um indicador disso a disponibilização para este CPG Ornamentais de três diretores das secretarias envolvidas. O Sr. Jocemar Mendonça (MPA) falou que a nova estrutura do MPA busca trabalhar todos os elos da cadeia e destacou que dentro da temática ornamental é necessário dar maior visibilidade aos pescadores. Assim, a SNPA vai trabalhar a questão social dos pescadores e a deficiência de dados será suprida com o envolvimento das universidades, principalmente na região da Amazônia, uma das prioridades também para a pesca de ornamentais.

9. RECOMENDAÇÕES

As recomendações foram construídas em debate organizado, com a participação dos membros e convidados que participaram e conseguiram um consenso no encaminhamento da redação de cada recomendação proposta, dos atores responsáveis e do prazo para ser atendido. O trabalho consolidado está apresentado na Tabela 1 do Anexo I desta Ata, e será disponibilizado para cada representante e publicado na página eletrônica do CPG Ornamentais.

Cabe registrar que houve sugestão de recomendação, relacionada a instrumento de monitoramento da cadeia produtiva de peixes ornamentais, feita pelo Sr. Luciano Santos (IBAMA). Embora seja relevante e tenha sido tangencialmente abordada nesta reunião, foi consensuado que a proposta, por não ter sido ponto de pauta da 2ª Reunião do CPG Ornamentais, deverá ser regimentalmente inserida na agenda de uma próxima reunião, prezando pela qualificação das discussões e encaminhamentos.

Por fim, o Sr. Hudson Crizanto (ACLACE) refletiu sobre o significado dos colegiados, suas recomendações e o papel de cada ator na construção de políticas públicas de ornamentais no Brasil, em pesca e aquicultura. Relatou que está há 30 anos na atividade, colaborou com o primeiro MPA na participação em GT de técnicos de ornamentais. Desabafou ser muito frustrante ter um trabalho administrativo e técnico muito bem feito, com o MPA trazendo outros órgãos governamentais competentes, o setor produtivo e a pesquisa, para construir soluções, e ao final um dos atores não acatar ou não dar encaminhamento às recomendações debatidas e consensuadas neste CPG. Sugeriu que seja solicitado parecer à AGU para orientar o papel de cada órgão e assim evitados conflitos, omissões e excessos dos órgãos envolvidos. Reiterou ser



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

muito frustrante quando uma ação, ou inação, isolada de um ator compromete todo o trabalho, e solicitou respeito ao CPG.

10. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG ORNAMENTAIS DE 2024

Ficou definido que a terceira reunião ordinária será realizada em maio de 2024. O local ainda será decidido pelo MPA, dentre as seguintes cidades sugeridas pelos membros: 1 - Belém/PA; 2 - Fortaleza/CE (sugestões da ABLA); 3 - Pirassununga/SP (sugestão do ICMBIO); e Brasília/DF (sugestão da Coordenação).

O representante do ICMBIO aproveitou a ocasião para disponibilizar as instalações do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental (CEPTA), em Pirassununga/SP, para reuniões do CPG Ornamentais e visitas técnicas que membros e instituições parceiras queiram realizar.

11. ENCERRAMENTO

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Araujo Cruz agradeceu a participação de todas e todos, destacando que o dia havia sido cheio de discussões ricas e com a produção de mais recomendações do que na 1ª Reunião do CPG. Agradeceu a presença dos convidados e um agradecimento especial ao Senhor Roberto Kikuo, da DEAGRO/FIESP, pela generosa oferta desta sala com a infraestrutura adequada para uma reunião híbrida. Por fim, agradeceu à Secretaria Executiva do CPG Ornamentais, na figura da Sra. Carolina Bittencourt e da Sra. Inácia Boechat pela organização desta reunião e a todos pela produtiva participação.

ANEXO I

Tabela 1. Recomendações da 2ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos Para Fins de Ornamentação e Aquariorfilia (CPG Ornamentais), realizada de forma mista pela plataforma Google Meet, nos dias 13 e 14 de setembro de 2023, em São Paulo/SP.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
REC 1/2023: Notificar o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) sobre a necessidade de orientar os órgãos de defesa agropecuária para inclusão de campo específico (organismos aquáticos com fins de ornamentação e aquariofilia) para fins de emissão da Guia de Trânsito de Animais (GTA).	MPA	Outubro de 2023
REC 2/2023: Avaliação da possibilidade de ampliação do prazo de renovação do Cadastro Técnico Federal (CTF/IBAMA) para um ano, juntamente ao relatório de atividades potencialmente poluidoras.	IBAMA	Dezembro de 2023
REC 3/2023: Ampliação do prazo de renovação do Cadastro Técnico Federal (CTF/IBAMA) para um ano, juntamente ao relatório de atividade potencialmente poluidoras.	IBAMA	Outubro de 2024
REC 4/2023: Promover a capacitação dos funcionários dos órgãos financiadores para dar suporte nos processos de financiamento da atividade de aquariofilia e divulgar para o público em geral os processos de financiamento para o setor.	MPA	Contínuo
REC 5/2023: Promover a capacitação dos funcionários dos órgãos estaduais de meio ambiente para dar suporte nos processos de licenciamento da atividade de aquariofilia.	MPA	Contínuo
REC 6/2023: Notificar o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) sugerindo a regularização da produção e da comercialização de alimento vivo para o mercado de	MPA	Novembro de 2023



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

organismos aquáticos ornamentais, a partir de documento técnico elaborado pelos representantes do setor neste Comitê.		
REC 7/2023: Criação de critérios para concessão de um selo de qualidade para a aquariofilia.	MPA	2025
REC 8/2023: Publicizar o perfil dos pesquisadores do Banco Técnico Científico (BTC) no site do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).	MPA	Dezembro de 2023
REC 9/2023: Elaboração de Parecer analisando a viabilidade do uso de matrizes de espécies ameaçadas para plantel de aquicultura com fins comerciais.	GTC - Ornamentais	Dezembro de 2023
REC 10/2023: Solicitar ao IBAMA os resultados das pesquisas de monitoramento pesqueiro ornamental sobre as raias (família Potamotrygonidae) para fins de encaminhamento ao GTC Ornamental para cumprimento da REC 3/2022.	Coordenação do CPG Ornamentais	Outubro de 2023
REC 11/2023: Encaminhamento ao GTC Ornamental da REC 4/2022 e cumprimento da REC 5/2022.	MPA	2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

<p>REC 12/2023: Disponibilização aos membros do CPG Ornamentais da proposta de norma de registro de aquicultor para avaliação e recomendações, com a possibilidade de reunião extraordinária.</p>	<p>MPA</p>	<p>Até dezembro de 2023</p>
<p>REC 13/2023: Elaboração de parecer com sugestões para a revisão da IN MAPA nº 69, de 13 de dezembro de 2019 (Registro de Empresa Pesqueira)</p>	<p>ABLA</p>	<p>Até dezembro de 2023</p>
<p>REC 14/2023: Realização de reunião com o setor e a SERMOP/MPA para rediscussão da IN MAPA nº 69, de 13 de dezembro de 2019 (Registro de Empresa Pesqueira).</p>	<p>MPA</p>	<p>1º semestre de 2024</p>
<p>REC 15/2023: Notificação ao IBAMA acerca do cumprimento da REC 07/2022.</p>	<p>Coordenação do CPG Ornamentais</p>	<p>Outubro de 2023</p>
<p>REC 16/2023: Criação de Grupo de Trabalho para rediscussão da Portaria IBAMA nº 102, de 2022. Em caso de não cumprimento, deverá ser criado um Grupo de Trabalho pelo CPG Ornamentais.</p>	<p>IBAMA</p>	<p>Até dezembro de 2023</p>
<p>REC 17/2023: Notificar o IBAMA em relação à REC 09/2022.</p>	<p>Coordenação do CPG Ornamentais</p>	<p>Outubro de 2023</p>



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

<p>REC 18/2023: Solicitar ao IBAMA a disponibilização dos dados relativos às espécies constantes nas LPCO (exportação) para fins de estabelecimento de estatística pesqueira.</p>	<p>MPA</p>	<p>Outubro de 2023</p>
--	------------	------------------------